



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)			Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)		
		31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016			31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
			(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))			(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	64.141	43.215	38.315	Fornecedores	16	375.061	311.036	252.689
Contas a receber de clientes	5	3.508	3.097	2.496	Garantias contratuais		1.558	1.105	1.426
Tributos a recuperar e compensar	6	3.074	10.817	17.527	Arrendamento mercantil financeiro	17	63.408	68.432	70.844
Adiantamentos a empregados		8.565	8.004	9.120	Pessoal e encargos sociais		15.707	15.329	15.311
Adiantamentos diversos	7	582	826	511	Obrigações sociais e trabalhistas		81.643	81.904	76.726
Outros créditos	8	3.516	3.507	19.457	Tributos parcelados		-	-	20.554
Estoques	9	181.502	115.083	105.268	Impostos, taxas e contribuições		27.260	25.220	2.754
Despesas de exercícios seguintes		464	3.044	3.288	Contas a pagar		25.399	17.319	15.706
Total do ativo circulante		265.352	187.593	196.022	Receitas diferidas	18	4.867	35.645	15.170
					Programa de participação nos resultados - PPR		38.569	35.765	34.721
Ativo não circulante mantido para a venda	10	0	72	252	Total do passivo circulante		633.472	591.755	505.901
					Não circulante				
Não circulante					Garantias contratuais		907	936	592
Contas a receber de clientes	5	17.139	15.763	14.120	Arrendamento mercantil financeiro	17	697.628	733.211	766.125
Depósitos judiciais e recursais	11	316.954	294.261	267.270	Contas a pagar		23.716	22.559	16.245
Outros créditos	8	72	91	168	Convênios operacionais	12	41.199	41.199	41.207
Convênios operacionais	12	40.535	40.535	41.029	Provisões para contingências	19	743.623	687.949	709.436
Realizável a longo prazo		374.700	350.650	322.587	Provisões para benefícios a empregados	20	768.319	619.740	665.327
Investimento	13	149	149	149	Receitas diferidas	18	8.082	8.598	9.114
Imobilizado em uso/andamento	14	10.435.899	8.769.263	8.388.748	Imobilizado líquido extensão leste - cedida do Metrô	14.5	696.820	696.820	696.820
Imobilizado líquido extensão leste - cedida do Metrô	14.5	696.820	696.820	696.820	Total do passivo não circulante		2.980.294	2.811.012	2.904.866
Imobilizado líquido linha 5 lilás - cedida ao Metrô	14.6	1.108.215	1.142.876	1.178.621	Patrimônio líquido				
Imobilizado		12.240.934	10.608.959	10.264.189	Capital social	21	15.284.558	11.328.779	11.328.779
Intangível	15	21.081	24.941	19.497	Reservas de reavaliação		493.426	533.116	581.728
					Ajustes de avaliação patrimonial		(230.377)	(166.319)	(313.962)
Total do ativo não circulante		12.636.864	10.984.699	10.606.422	Prejuízos acumulados		(7.284.531)	(6.699.896)	(6.139.193)
					Total do passivo e patrimônio líquido		8.263.076	4.995.680	5.457.352
Total do ativo		12.902.216	11.172.364	10.802.696	Adiantamentos para futuro aumento de capital	22	1.025.374	2.773.917	1.934.577
					Total do patrimônio líquido		9.288.450	7.769.597	7.391.929
					Total do passivo e patrimônio líquido		12.902.216	11.172.364	10.802.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)	Nota	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
		2017	2016
		(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))
Receita líquida	23	2.561.422	2.351.457
Custo dos serviços prestados	24	(2.273.419)	(2.205.485)
Lucro bruto		288.003	145.972
Despesas administrativas	25	(578.556)	(426.782)
Outras receitas (despesas) líquidas	27	(195.302)	(169.645)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(485.855)	(450.455)
Receitas financeiras	28	31.091	29.281
Despesas financeiras	28	(169.561)	(188.141)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(624.325)	(609.315)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	29	-	-
Prejuízo do exercício		(624.325)	(609.315)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)	Nota	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
		2017	2016
		(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))
Resultado líquido do exercício		(624.325)	(609.315)
Remensurações em obrigações de benefício pós emprego	20	(64.058)	147.643
Total do resultado abrangente do exercício		(688.383)	(461.672)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)	Nota	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
		2017	2016
		(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))
Receitas		2.594.077	2.385.223
Receita de transporte ferroviário		1.389.388	1.338.307
Subvenção recebida para operação		1.141.559	987.627
Outras receitas		67.254	60.867
Estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa - ativos financeiros		(4.124)	(1.578)
Insumos adquiridos de terceiros		(1.717.071)	(1.509.107)
Custos dos serviços prestados		(1.192.703)	(1.163.258)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(524.368)	(345.849)
Valor adicionado bruto		877.006	876.116
Depreciação e amortização		(299.828)	(281.964)
Valor adicionado produzido pela entidade		577.178	594.152
Valor adicionado recebido em transferência		31.091	29.281
Receitas financeiras		31.091	29.281
Valor adicionado total a distribuir		608.269	623.433
Pessoal		961.455	947.637
Remuneração direta		746.222	724.085
Benefícios		169.172	179.208
FGTS		46.061	44.344
Impostos, taxas e contribuições		93.307	88.993
Federais		92.372	87.624
Estaduais		515	777
Municipais		420	592
Remuneração de capitais de terceiros		177.832	196.118
Juros		169.560	188.140
Aluguéis		8.272	7.978
Prejuízo do exercício		(624.325)	(609.315)
Valor adicionado distribuído		608.269	623.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)		Nota	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)	
		2017	2016		2017	2016
		(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))		(Reapresentado (Nota 2.6))	(Reapresentado (Nota 2.6))
Prejuízo do exercício		(624.325)	(609.315)	Acréscimo / (decréscimo) do passivo circulante e não circulante		
Depreciação / amortização	26	299.828	281.964	Fornecedores	16	64.025
Redução ao valor recuperável - impostos	6	-	(984)	Garantias contratuais		424
Redução ao valor recuperável - estoques	9	134	(24)	Pessoal e encargos sociais		378
Redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	5.2	4.241	3.357	Obrigações sociais e trabalhistas		(261)
Redução ao valor recuperável - outros créditos	8.2	(116)	(795)	Impostos, taxas e contribuições		2.040
Provisão - contingências trabalhistas e cíveis	19.1 (b)	341.410	153.220	Tributos parcelados		-
Reversão - contingências trabalhistas e cíveis	19.1 (b)	(135.953)	(78.527)	Contingências liquidadas	19.1 (b)	(149.783)
Provisão - previdenciárias		-	(10.368)	Receitas diferidas	18	(31.294)
Despesa com previdência privada		84.521	102.056	Programa de participação nos resultados - PPR		2.804
Baixa do ativo imobilizado	14.1 e 14.2	61.045	13.953	Convênios operacionais	12	-
Prejuízo ajustado		30.785	(145.463)	Contas a pagar		9.237
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante				Caixa líquido nas atividades operacionais		(156.715)
Contas a receber de clientes	5.1	(6.028)	(5.601)	Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Tributos a recuperar	6	7.743	7.734	Compra de imobilizado / intangível	14 e 15	(1.988.988)
Adiantamentos a empregados		(561)	1.116	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.988.988)
Adiantamentos diversos	7	244	20.601	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Estoques	9	(66.553)	(9.791)	Valor recebido a título de adiantamento para futuro aumento de capital		(1.748.543)
Depósitos judiciais e recursais	11	(22.693)	(26.991)	Integralização de capital social - AFAC		2.709.858
Despesas de exercícios seguintes		2.580	244	Integralização de capital social - bens		1.245.921
Convênios operacionais	12	-	494	Arrendamento mercantil financeiro		(40.607)
Outros créditos	8.1	126	16.822	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		2.166.629
(Acréscimo) / decréscimo do ativo não circulante mantido para venda				Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		20.926
Ativo não circulante mantido para venda	10	72	180	Caixa e equivalente de caixa no início do período		43.215
				Caixa e equivalente de caixa no fim do período		64.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Informações gerais

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM ("CPTM" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital autorizado, constituída pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992, e com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

Presente em 22 municípios e com uma malha ferroviária de 260,8 quilômetros dividida em 6 linhas, através de 92 estações, a CPTM transportou 819,5 milhões de passageiros em 2017, a partir de uma política tarifária de caráter social e de transporte gratuito por transferência interna

e externa e de usuários especiais (desempregados, idosos, deficientes entre outros).

A CPTM está integrada à Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) em oito estações com transferência gratuita. Além, também, possui integração tarifária em todas as estações com sistemas de transporte por ônibus da Empresa Metropolitana de Transporte Urbano - EMTU, com o cartão Bilhete Ônibus Metropolitano (BOM) e o Sistema de Ônibus do Município de São Paulo, com o Bilhete Único (BU). Nas estações Itapevi, Barueri e Jandira a integração se dá pela utilização do Cartão Benfácil e na Estação Mauá, até a data de 10/03/2017, pela utilização do Cartão do Sistema Integrado Mauá (SIM).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 16.347 de 29/12/2016 e dos Decretos 62.601 de 29/05/2017 e 63.035 de 07/12/2017, o Governo do Estado de São Paulo, na condição de acio-

nista majoritário, repassou recursos financeiros à CPTM da ordem de R\$ 2.102.876 (R\$ 1.826.967 em 2016), sendo R\$ 961.316 (R\$ 839.340 em 2016) referentes a aportes para investimentos e R\$ 1.141.559 (R\$ 987.627 em 2016) relativos a aportes para subvenção. Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas pela Diretoria em 15 de março de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da CPTM foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Secretaria dos Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



2.2. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

2.5. Uso de estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos e com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado por essa Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão evidenciados em notas explicativas:

- Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa (Notas 5 e 8);
- Estimativa para redução ao valor recuperável de estoques (Nota 9);
- Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis (Nota 14 e 15);
- Provisões para contingências (Nota 19) e;
- Provisões para benefícios a empregados (Nota 20).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de 2016 originalmente aprovadas pela Diretoria em 06 de março de 2016, e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2016 do Balanço Patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015), estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1)

- Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado relacionados aos seguintes itens: (a) Revisão da forma de mensuração e apresentação do passivo de provisões para contingências, relativo à ações de natureza civil, de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(b) Revisão da forma de mensuração e apresentação da provisão para benefícios a empregados, no relativo ao plano previdenciário mantido pela Companhia, de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa de exercícios anteriores, realizamos a reclassificação contábil para as informações de 31 de dezembro de 2016 e 01 de janeiro de 2016.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações contábeis originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas, bem como uma breve descrição de cada ajuste.

	Ativo 01 de janeiro de 2016				
	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - civeis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a empregados - previdenciária	Reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	38.315				38.315
Contas a receber de clientes	2.496				2.496
Impostos a recuperar e compensar	17.567				17.567
Adiantamentos a empregados	9.120				9.120
Adiantamentos diversos	21.427			(20.916) (d)	511
Outros créditos	19.457				19.457
Estoques	105.268				105.268
Despesas de exercícios seguintes	3.288				3.288
Total do ativo circulante	216.938			(20.916)	196.022
Ativo não circulante mantido para venda	252				252
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	14.120				14.120
Depósitos judiciais e recursais	267.270				267.270
Outros créditos	168				168
Convênios operacionais	41.029				41.029
	322.587				322.587
Investimento	149				149
Imobilizado	10.243.273			20.916	10.264.189
Imobilizado em uso/andamento	8.367.832			20.916 (d)	8.388.748
Imobilizado líquido - Extensão Leste cedida do Metro	696.820				696.820
Imobilizado líquido - Linha 5 Lilás cedida ao Metro	1.178.621				1.178.621
Intangível	19.497				19.497
Total do ativo não circulante	10.585.506			20.916	10.606.422
Total	10.802.696			-	10.802.696

	Passivo 01 de janeiro de 2016				
	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - civeis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a empregados - previdenciária	Reclassificações	Reapresentado
Passivo circulante					
Fornecedores	252.689				252.689
Garantias contratuais	1.426				1.426
Arrendamento mercantil financeiro	70.844				70.844
Pessoal e encargos sociais	15.311				15.311
Obrigações sociais e trabalhistas	76.726				76.726
Impostos, taxas e contribuições	20.554				20.554
Tributos parcelados	2.754				2.754
Contas a pagar	15.706				15.706
Receitas diferidas	15.170				15.170
Programa partic. resultados - PPR	34.721				34.721
Total do passivo circulante	505.901				505.901
Passivo não circulante					
Garantias contratuais	592				592
Arrendamento mercantil financeiro	766.125				766.125
Contas a pagar	16.245				16.245
Convênios operacionais	41.207				41.207
Provisões para contingências	736.930	(27.494) (a)			709.436
Provisões para benefs. a empregados	353.828		311.499 (b)(c)		665.327
Receitas diferidas	9.114				9.114
Imobilizado líquido - Extensão Leste cedida do Metro	696.820				696.820
Total do passivo não circulante	2.620.861	(27.494)	311.499		2.904.866
Patrimônio líquido					
Capital social	11.328.779				11.328.779
Reservas de reavaliação	581.728				581.728
Ajuste de avaliação patrimonial	(81.240)		(232.722) (b)		(313.962)
Prejuízos acumulados	(6.087.910)	27.494 (a)	(78.777) (c)		(6.139.193)
	5.741.357	27.494	(311.499)		5.457.352
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.934.577				1.934.577
Total do patrimonio líquido	7.675.934	27.494	(311.499)		7.391.929
Total	10.802.696	-	-		10.802.696

	Ativo 31 de dezembro de 2016				
	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - civeis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a empregados - previdenciária	Reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	43.215				43.215
Contas a receber de clientes	3.097				3.097
Impostos a recuperar e compensar	10.817				10.817
Adiantamentos a empregados	8.004				8.004
Adiantamentos diversos	14.664			(13.838) (d)	826
Outros créditos	3.507				3.507
Estoques	115.083				115.083
Despesas de exercícios seguintes	3.044				3.044
Total do ativo circulante	201.431			(13.838)	187.593
Ativo não circulante mantido para venda	72				72
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	15.763				15.763
Depósitos judiciais e recursais	294.261				294.261
Outros créditos	91				91
Convênios operacionais	40.535				40.535
	350.650				350.650
Investimento	149				149
Imobilizado	10.595.121			13.838	10.608.959
Imobilizado em uso/andamento	8.755.425			13.838 (d)	8.769.263
Imobilizado líquido - Extensão Leste cedida do Metro	696.820				696.820
Imobilizado líquido - Linha 5 Lilás cedida ao Metro	1.142.876				1.142.876
Intangível	24.941				24.941
Total do ativo não circulante	10.970.861			13.838	10.984.699
Total	11.172.364			-	11.172.364



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Passivo
31 de dezembro de 2016

	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - cíveis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a Empregados - previdenciária	Reclassificações	Reapresentado
Passivo circulante					
Fornecedores	311.036				311.036
Garantias contratuais	1.105				1.105
Arrendamento mercantil financeiro	68.432				68.432
Pessoal e encargos sociais	15.329				15.329
Obrigações sociais e trabalhistas	81.904				81.904
Impostos, taxas e contribuições	25.220				25.220
Tributos parcelados	-				-
Contas a pagar	17.319				17.319
Receitas diferidas	35.645				35.645
Programa partic. resultados - PPR	35.765				35.765
Total do passivo circulante	591.755				591.755
Passivo não circulante					
Garantias contratuais	936				936
Arrendamento mercantil financeiro	733.211				733.211
Contas a pagar	22.559				22.559
Convênios operacionais	41.199				41.199
Provisões para contingências	838.431	(150.482) (a)			687.949
Provisões para benefs. a empregados	331.651		288.089 (b)(c)		619.740
Receitas diferidas	8.598				8.598
Imobilizado líquido - Extensão Leste cedida do Metro	696.820				696.820
Total do passivo não circulante	2.673.405	(150.482)	288.089		2.811.012
Patrimônio líquido					
Capital social	11.328.779				11.328.779
Reservas de reavaliação	533.116				533.116
Ajuste de avaliação patrimonial	42.993		(209.312) (b)		(166.319)
Prejuízos acumulados	(6.771.601)	150.482 (a)	(78.777) (c)		(6.699.896)
	5.133.287	150.482	(288.089)		4.995.680
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.773.917				2.773.917
Total do patrimônio líquido	7.907.204	150.482	(288.089)		7.769.597
Total	11.172.364	-	-		11.172.364

- (a) Estorno de provisões para contingências de natureza civil reconhecidas em resultado mas que referentes a ações de revisão de equilíbrio econômico financeiro de contratos de investimento e, assim sendo, vinculadas ao Ativo Imobilizado da Companhia.
- (b) Reconhecimento em ajustes de avaliação patrimonial das perdas atuariais ocorridas no período de 2012 a 2016, relativas ao plano previdenciário mantido pela Companhia, em função da contabilização de 100% do déficit atuarial apurado para este plano.
- (c) Reconhecimento em resultado do passivo atuarial anterior à vigência do CPC 33 - Benefícios a Empregados, relativo ao plano previdenciário mantido pela Companhia, em função da contabilização de 100% do déficit atuarial apurado para este plano.
- (d) Reclassificação parcial da rubrica "Adiantamentos diversos" para "Imobilizado em uso/andamento" haja vista se referirem a tributos aduaneiros pagos pela CPTM por conta de fornecimento sob encomenda de bem do ativo Imobilizado, conforme contrato firmado entre partes.

31 de dezembro de 2016
Demonstração do resultado

	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - cíveis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a Empregados - previdenciária	Reapresentado
Receita líquida	2.351.457			2.351.457
Custo do serviços prestados	(2.205.485)			(2.205.485)
Lucro bruto	145.972			145.972
Despesas administrativas	(549.770)	122.988 (a)		(426.782)
Outras receitas (despesas) líquidas	(169.645)			(169.645)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(573.443)	122.988		(450.455)
Receitas financeiras	29.281			29.281
Despesas financeiras	(188.141)			(188.141)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(732.303)	122.988		(609.315)
Despesa com imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo do exercício	(732.303)	122.988		(609.315)

- (a) Estorno de provisões para contingências de natureza civil reconhecidas em resultado mas que referentes a ações de revisão de equilíbrio econômico financeiro de contratos de investimento e, assim sendo, vinculadas ao Ativo Imobilizado da Companhia.

31 de dezembro de 2016
Demonstração dos resultados abrangentes

	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - cíveis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a Empregados - previdenciária	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	(732.303)	122.988 (a)		(609.315)
Remensurações em obrigações de benefício pós emprego	124.233		23.410 (b)	147.643
Total do resultado abrangente do período	(608.070)	122.988	23.410	(461.672)

- (a) Estorno de provisões para contingências de natureza civil reconhecidas em resultado mas que referentes a ações de revisão de equilíbrio econômico financeiro de contratos de investimento e, assim sendo, vinculadas ao Ativo Imobilizado da Companhia.
- (b) Reconhecimento em ajustes de avaliação patrimonial do ganho atuarial relativo ao período 2016, relativas ao plano previdenciário mantido pela Companhia, em função da contabilização de 100% do déficit atuarial apurado para este plano.

31 de dezembro de 2016
Demonstração dos fluxos de caixa

	Original	Ajuste 1 Provisões para contingências - cíveis	Ajuste 2 Provisões p/ benefs a empregados - previdenciária	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício	(732.303)				(609.315)
Depreciação / amortização	281.964	122.988 (a)			281.964
Redução ao valor recuperável - impostos	(984)				(984)
Redução ao valor recuperável - estoques	(24)				(24)
Redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	3.357				3.357
Redução ao valor recuperável - outros créditos	(795)				(795)
Provisão - contingências trabalhistas e cíveis	276.208	(122.988) (a)			153.220
Reversão - contingências trabalhistas e cíveis	(78.527)				(78.527)
Provisão - previdenciárias	(10.368)				(10.368)
Despesa com previdência privada	102.056				102.056
Baixa do ativo imobilizado	324				324
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.953				13.953
Prejuízo ajustado	(145.463)	-			(145.463)
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante					
Conta a receber de clientes	(5.601)				(5.601)
Impostos a recuperar e compensar	7.734				7.734
Adiantamentos a empregados	1.116				1.116
Adiantamentos diversos	6.763			13.838 (d)	20.601
Estoques	(9.791)				(9.791)
Cauções e depósitos judiciais e recursais	(26.991)				(26.991)
Despesas de exercícios seguintes	244				244
Convênios operacionais	494				494
Outros créditos	16.822				16.822
(Acréscimo) / decréscimo do ativo não circulante mantido para venda					
Ativo não circulante mantido para venda	180				180
(Acréscimo) / decréscimo do passivo circulante e não circulante					
Fornecedores	58.347				58.347
Garantias contratuais	23				23
Pessoal e encargos sociais	18				18
Obrigações sociais e trabalhistas	5.178				5.178
Impostos, taxas e contribuições	4.666				4.666
Tributos parcelados	(2.754)				(2.754)
Contingências liquidadas	(85.812)				(85.812)
Receitas diferidas	19.959				19.959
Programa de participação nos resultados - PPR	1.044				1.044
Convênios operacionais	(8)				(8)
Contas a pagar	7.927				7.927





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



31 de dezembro de 2016
Demonstração dos fluxos de caixa

	Original	Ajuste 1	Provisões p/ benefs a empregados - previdenciária	Ajuste 2	Reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(145.905)					
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos						
Compra de imobilizado / intangível	(653.209)				(13.838) (d)	(667.047)
Intangível - baixa por distrato (ressarcimento de valor pago)	-					-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(653.209)				(13.838)	(667.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Valor Recebido a título de adiantamento para futuro aumento de capital	839.340					839.340
Arrendamento mercantil financeiro	(35.326)					(35.326)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	804.014					804.014
Redução de caixa e equivalente de caixa	4.900					4.900
Caixa e equivalente de caixa no início do período	38.315					38.315
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	43.215					43.215

- (a) Estorno de provisões para contingências de natureza civil reconhecidas em resultado mas que referentes a ações de revisão de equilíbrio econômico financeiro de contratos de investimento e, assim sendo, vinculadas ao Ativo Imobilizado da Companhia.
- (d) Reclassificação parcial da rubrica "Adiantamentos diversos" para "Imobilizado em uso/andamento" haja vista se referirem a tributos aduaneiros pagos pela CPTM por conta de fornecimento sob encomenda de bem do ativo Imobilizado, conforme contrato firmado entre partes.

31 de dezembro de 2016
Demonstração do valor adicionado

	Original	Ajuste 1	Provisões p/ benefs a empregados - previdenciária	Ajuste 2	Reapresentado
Receitas	2.385.223				2.385.223
Receita de transporte ferroviário	1.338.307				1.338.307
Subvenção recebida para operação	987.627				987.627
Outras receitas	60.867				60.867
Estimativa para perda com créditos de liquidação duvidosa - ativos financeiros	(1.578)				(1.578)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.632.095)				(1.509.107)
Custos dos serviços prestados	(1.163.258)				(1.163.258)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(468.837)	122.988 (a)			(345.849)
Valor adicionado bruto	753.128				876.116
Depreciação e amortização	(281.964)				(281.964)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	471.164				594.152
Valor adicionado recebido em transferência	29.281				29.281
Receitas financeiras	29.281				29.281
Valor adicionado total a distribuir	500.445				623.433
Pessoal	947.637				947.637
Remuneração direta	724.085				724.085
Benefícios	179.208				179.208
FGTS	44.344				44.344
Impostos, taxas e contribuições	88.993				88.993
Federais	87.624				87.624
Estaduais	777				777
Municipais	592				592
Remuneração de capitais de terceiros	196.118				196.118
Juros	188.140				188.140
Aluguéis	7.978				7.978
Prejuízo do exercício	(732.303)				(609.315)
Valor adicionado distribuído	500.445				623.433

- (a) Estorno de provisões para contingências de natureza civil reconhecidas em resultado mas que referentes a ações de revisão de equilíbrio econômico financeiro de contratos de investimento e, assim sendo, vinculadas ao Ativo Imobilizado da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins nesta Companhia.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os recursos financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente no resultado do exercício.

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, sob as categorias (a) mensuradas ao valor justo por meio do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros a Valor Justo Por Meio do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da administração em resgatá-los em período menor que um ano bem como, considerando-se a natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem uma caixa disponível para operações correntes.

Nessa categoria, estão classificadas Caixa e Equivalentes de Caixa.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Nessa categoria, estão classificadas as Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria ativos mantidos para venda, retirados da atividade operacional da Companhia.

3.2.2. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos e mensurados pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado, no período em que ocorrerem.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado. Quando os ativos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment), os ajustes acumulados do valor justo são reconhecidos no resultado abrangente.

3.2.3. Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir: i) indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante; ii) probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira; iii) "default" ou atraso de pagamento de juros ou principal; iv) e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com "defaults".

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Passivos financeiros

3.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial na categoria de "outros passivos financeiros".

Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.

3.3.2. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são remensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As despesas com juros e encargos são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem.

3.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor líquido realizável e não incluem juros, ajustadas pela constituição de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa, cuja base é o histórico de inadimplência e análise individual de cada crédito, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

3.5. Estoques

Os estoques da Companhia são destinados ao uso e consumo na prestação de serviço de transporte e estão avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, estimativa para perda de valor recuperável em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.6. Ativos não circulante mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos o custo de venda.

3.7. Depósitos judiciais/recursais

Tratam-se de depósitos de natureza transitória, revertidos ou não à CPTM por decisão judicial, quando do encerramento da respectiva ação. São apropriados em conta de Ativo, permanecendo, desta forma, registrados até que haja a destinação do valor depositado, ou seja, disponibilizado ao reclamante - baixado como despesa da Companhia ou revertido à CPTM. São reconhecidos quando do desembolso pelo valor efetivamente depositado.

3.8. Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido de valores das melhorias e/ou reformas, e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de depreciação, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14.

Os valores residuais, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são os considerados como adequados nas condições atuais de registro contábil, sendo a depreciação acumulada no período reconhecida no resultado do exercício.

O Imobilizado está acrescido de reavaliação constituída no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000.

Ativos	Reserva de Reavaliação Base Maio/2002
Terrenos e Leito da Linha	579.619
Via Permanente, Edifícios e Instalações.	1.027.764
Equipamentos de Transportes Ferroviários	4.087
Trens Unidade Elétricos	857.227
Outros Equipamentos de Transporte	5.999
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	8.636
Mobiliário em Geral	565
Outros Ativos Imobilizados	1.049
	2.484.946

3.9. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê à CPTM o controle efetivo do ativo. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a entidade considere provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Os softwares adquiridos pela CPTM são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e, quando aplicável, das perdas por impairment.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil de 5 anos, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, para se assegurar que não estejam registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, conforme disposições previstas no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Como os ativos que compõem a estrutura ferroviária não são capazes de gerar receitas de forma individual visto que nenhum item consegue operar e, consequentemente, gerar entradas de caixa amplamente independentes sem que o resto da estrutura ferroviária também esteja em condições operacionais, a CPTM é considerada, para fins de testes de impairment, como uma Unidade Geradora de Caixa Única.



Secretaria dos Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



3.11. Fornecedores

Nas contas a pagar aos fornecedores estão considerados compromissos junto a terceiros em decorrência de serviços e materiais adquiridos para uso operacional bem como pela aquisição de ativos técnicos, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado.

São reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros.

3.12. Arrendamento Mercantil Financeiro

Relativo ao contrato firmado pela CPTM em 19 de março de 2010 com a CTRENS - Companhia de Manutenção, na categoria de Parceria Pública Privada - PPP Administrativa, nos termos do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil o fornecimento de 36 trens de 8 carros, totalizando 288 carros, para a substituição dos trens em operação na Linha 8 - Diamante, foi enquadrado contabilmente como uma operação de arrendamento mercantil financeiro, visto a transferência gradual dos trens à CPTM, a natureza especializada e restrita dos ativos e a inexistência de pagamentos à título de valor residual ao final do contrato.

3.13. Provisões para contingências

Provisões são reconhecidas pela Companhia diante de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, sendo possível uma estimativa confiável de seu valor.

As provisões são revisadas e ajustadas, levando-se em considerações alterações nas circunstâncias e premissas que a determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

3.14. Benefícios a empregados

A Companhia concede aos seus empregados benefícios através de programa previdenciário, de programa de assistência médica e odontológica, de programa de participação nos resultados e por desligamento a empregados sucedidos da Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, os quais são avaliados por consultoria especializada na periodicidade anual, sendo os efeitos das remensurações atuariais reconhecidas no ORA, nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados de 13/12/2012.

As premissas utilizadas, exposição dos resultados e parecer sobre os resultados apurados estão evidenciados na Nota 20.

3.15. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, sendo, em contrário, demonstrados como não circulantes.

3.16. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando esta possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre a mesma, reconhecida pelo regime de competência, excetuando-se a decorrente dos serviços prestados por meio da utilização de bilhete magnético, reconhecida pelo montante da venda.

A receita é gerada preponderantemente pela atividade operacional de prestação de serviço de transporte, cuja tarifa é fixada pelo Governo do Estado de São Paulo, de caráter social e, assim sendo, em volume financeiro insuficiente para frente aos custos e despesas operacionais a ela vinculados. A referida receita decorre da venda de bilhete de cartolina com tarja magnética intitulado Edmonson, comercializado pela própria Companhia para permissão de uma viagem, de uso exclusivo na ferrovia ou integrado com o modal rodoviário, e pela utilização de bilhetes eletrônicos, cartões inteligentes com circuito integrado sem contato (ContactlessSmartCard) controlados através de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica - SBE.

No ano de 2017, foram utilizados cartões eletrônicos de três sistemas de bilhetagem eletrônica (SBE) nos validadores dos bloqueios de nossas estações, sendo: Bilhete Único (BU), Bilhete do Ônibus Metropolitano (BOM) e BENFÁCIL (estações Itapevi, Barueri e Jandira).

Os sistemas de bilhetagem eletrônica representaram em 2017 o percentual de 73,9% do total da receita bruta de prestação de serviço de transporte aferida pela Companhia, apuradas de acordo com a efetiva utilização do modal ferroviário, conforme as tarifas então praticadas.

Nos casos do BOM e do BU, os fluxos financeiros correspondentes, em conformidade aos termos assinados pela Companhia e demais participantes, que norteiam a operacionalização dos respectivos sistemas, são realizados por meio das vendas antecipadas auferidas através do carregamento de créditos eletrônicos, sendo que estas receitas arrecadadas são rateadas entre os participantes com base no quantitativo histórico de pagantes transportados por cada empresa dentro de cada sistema. No caso do sistema BENFÁCIL, a remuneração se dá pela apuração dos quantitativos de passageiros transportados em períodos de 10 dias e valorados pelas tarifas exclusiva e integrada vigentes na ocasião da validação em nossos bloqueios.

3.17. Subvenções Governamentais

A subvenção governamental tem como finalidade oferecer suporte financeiro imediato à Companhia (repasse de recursos financeiros realizados pelo Governo do Estado de São Paulo para complemento de cobertura das necessidades operacionais).

Para o exercício 2017, os repasses financeiros foram sustentados pela Lei nº 16.347 de 29/12/2016 e pelos Decretos 62.601 de 29/05/2017 e 63.035 de 07/12/2017, sem custos futuros correspondentes, e são reconhecidos no resultado conforme efetivo recebimento.

3.18. Normas e interpretações novas e revisadas

Em 2017, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não promoveu a emissão de novos CPC's, apenas revisão, com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 02 (R2), CPC 04 (R1), CPC 07 (R1), CPC 10 (R1), CPC 11, CPC 15 (R1), CPC 16 (R1), CPC 18 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 31, CPC 32, CPC 37 (R1), CPC 39, CPC 40 (R1), CPC 41, CPC 45, CPC 46, ICPC 01 (R1), ICPC 03, ICPC 13 e ICPC 16.

As alterações acima ocorreram em decorrência da edição do CPC 47 - Receita de contrato com cliente e do CPC 48 - Instrumentos financeiros, aprovados em 04/11/2016, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a aplicação por esta Companhia será de forma prospectiva, portanto não retroagindo ao exercício de 2017.

Neste exercício, também houve a revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, aprovado em 06/10/2017 para entrar em vigor a partir de 01/01/2019 e cuja adoção pela Companhia dar-se-á de forma prospectiva.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Valores em trânsito	5.298	4.179
Bancos	9.543	7.053
Aplicações financeiras	49.300	31.983
	64.141	43.215

Valores em trânsito referem-se a valores arrecadados nas estações da CPTM, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores, contratada pela CPTM, para posterior depósito na conta corrente da CPTM, sendo este processo concluído em D+ 2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

As aplicações financeiras derivam do saldo das receitas e demais créditos arrecadados diariamente pela CPTM após os pagamentos realizados, o qual é transferido para a conta única do Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, aplicado no FIF - Fundo de Investimento Financeiro, administrado pela Secretaria da Fazenda, conforme determinado pelo Decreto 60.244 de 14 de março de 2014.

A CPTM também possui uma conta garantia mantida na Caixa Econômica Federal vinculada ao contrato da PPP, sendo o seu saldo aplicado em um fundo de renda fixa de longo prazo (CAIXA FIC ESPECIAL RF LP). Os créditos de reversões judiciais também na Caixa Econômica são depositados em uma conta poupança por um período de três meses, quando então os valores de principal e rendimentos são resgatados e transferidos para nossa conta única.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores decorrentes do uso compartilhado de linhas, dos alugueis de instalações, permissão de passagem e da prestação de serviços, conforme convênio operacional firmado entre as partes e termos de permissão vigentes.

O procedimento, em se constatando a inadimplência e a ausência da possibilidade de liquidação dos créditos em aberto, é a transferência dos títulos para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para perda dos créditos de liquidação duvidosa.

Nestas condições, para o exercício de 2017, a Companhia identificou a necessidade de constituição de estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 16.777 (R\$ 12.536 em 2016).

5.1. Composição:

	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Convênio Operacional - uso mútuo linhas	1.115	1.412	18.436	15.431
Termos de permissão de uso - exploração patrimonial	2.393	1.685	15.480	12.868
	3.508	3.097	33.916	28.299
Estimativa para perda de crédito de liquidação duvidosa	-	-	(16.777)	(12.536)
	3.508	3.097	17.139	15.763

5.2. Movimentação da estimativa para perda de crédito de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo inicial	12.536	9.179
Adições	4.850	4.599
Baixas	(609)	(1.242)
	16.777	12.536

6. Tributos a recuperar e compensar

Os créditos a compensar se referem a tributos incidentes na fonte, preponderantemente aplicações financeiras, que pela apuração de prejuízo fiscal, serão compensados após entrega da ECF, em exercício subsequente. Quanto ao imposto de importação, respectivos pedidos de restituição aguardam liberação do órgão competente para sua devolução, e por fim, quanto aos outros tributos e encargos sociais, os processos foram protocolados juntos aos órgãos competentes e aguardam manifestação a respeito.

	2017	2016
IR/CSLL a compensar	1.677	9.374
II - Imposto de Importação a Recuperar	683	661
Outros a recuperar	714	782
	3.074	10.817

Para os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não identificou a necessidade de constituir estimativa para redução ao valor recuperável.

7. Adiantamentos diversos

	2017	2016
Adiantamentos para cobertura de despesas da empresa	582	826
	582	826

*Os adiantamentos a fornecedores (R\$ 13.838) foram reclassificados para o Grupo Imobilizado Técnico em Andamento haja vista se referirem a tributos aduaneiros pagos pela CPTM por conta de fornecimento sob encomenda de bem do ativo Imobilizado, conforme contrato firmado entre partes.

11.1. Movimentação no período

	2016	Adições	Reversões	2017
Cíveis	9.642	7.832	(818)	15.920
Recursais	62.220	13.528	(1.446)	69.174
Trabalhistas	4.692	3.203	(386)	6.300
Tributários	217.707	28.017	-	225.561
	294.261	52.580	(2.650)	316.954

12. Convênios operacionais

	2017		2016	
	CBTU	RFFSA	CBTU	RFFSA
Ativo não circulante				
CBTU	13.962	-	13.962	-
RFFSA	-	7.054	-	7.054
ERMAP ¹	-	19.519	-	19.519
	13.962	26.573	13.962	26.573
Passivo não circulante				
CBTU	15.851	-	15.851	-
RFFSA	-	18	-	18
ERMAP ¹	-	25.330	-	25.330
	15.851	25.348	15.851	25.348
Líquido a receber (a pagar)	(1.889)	1.225	(1.889)	1.225

¹ O ERMAP (Escritório Regional da Malha Paulista, extinta FEPASA) foi incorporado à administração da extinta RFFSA.

8. Outros créditos

8.1. Composição por natureza do crédito:

	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Cessão de empregados	1.376	387	-	-
Bloqueios judiciais	804	775	-	-
Acordos - ações judiciais	37	291	72	386
Penalidades contratuais	52	801	3.693	3.592
Prestação de serviços	30	132	8	8
Venda de bilhetes	573	527	-	-
Outros	644	594	654	576
INSS - Ressarcimento Convênio	-	-	1.562	1.562
Crédito decorrente de adiantamento não liquidado	-	-	2.287	2.287
	3.516	3.507	8.276	8.411
Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(8.204)	(8.320)
	3.516	3.507	72	91

8.2. Composição da estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa:

	2017		2016	
	Valor bruto	Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa	Valor líquido	Valor bruto
Penalidades contratuais	3.693	(3.693)	-	3.592
Outros	734	(662)	72	970
INSS - Ressarcimento Convênio	1.562	(1.562)	-	1.562
Crédito decorrente de adiantamento não liquidado	2.287	(2.287)	-	2.287
	8.276	(8.204)	72	8.411
				(8.320)
				91

Para o exercício de 2017, decorrente de análises realizadas pela Administração, a Companhia identificou a necessidade de constituição de estimativa para perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 8.204 (R\$ 8.320 em 2016).

8.3. Movimentação da estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo inicial	8.320	9.115
Adições	248	1.823
Baixas	(364)	(2.618)
	8.204	8.320

9. Estoques

Os estoques da Companhia são compostos por insumos necessários à sua operação e manutenção, composto por:

	2017	2016
Material ferroviário e de uso geral	172.840	109.337
Material de escritório	755	1.031
Material inservível e sucata	1.394	1.411
Material em análise	520	158
Bilhetes	709	228
Material a devolver - reprova por laudo	23	25
Materiais em poder de terceiros	6.197	3.695
	182.438	115.885
Redução ao valor recuperável	(936)	(802)
	181.502	115.083

9.1. Movimentação para redução ao valor recuperável:

	2017	2016
Saldo inicial	802	826
Adições	134	241
Baixas	-	(265)
	936	802

Em 2017, os levantamentos internos para identificação de itens obsoletos e inservíveis identificaram mais itens na condição de descartáveis pela Companhia, cujo processo de descarte inicialmente se dará por venda na espécie, através de leilões a serem realizados. Em 2017, os leilões realizados não obtiveram êxito.

10. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a ativos não circulantes identificados como não mais utilizados no processo operacional, em virtude de sua obsolescência técnica.

No exercício findo em 31/12/2014, foi efetivada a transferência do saldo de imobilizado para ativo não circulante mantido para venda, pelo menor entre o seu valor contábil e seu valor justo menos as despesas estimadas para venda deste bem, tendo sido reconhecida diretamente em resultado a perda identificada nesta avaliação.

A Companhia previa a realização da venda destes ativos no máximo em 1 ano, a partir da referida reclassificação contábil, fato que não ocorreu em sua plenitude.

Em 2017, a venda foi finalizada, não existindo outros ativos nesta condição.

	2016	Baixa	2017
Trens unidades elétricos	72	(72)	-

11. Depósitos judiciais/recursais

Os depósitos judiciais e recursais efetuados pela Companhia está composto por:

	2017	2016
Natureza dos depósitos		
Cíveis	15.919	9.642
Recursais	69.174	62.220
Trabalhistas	6.300	4.692
Tributários	225.561	217.707
	316.954	294.261

	Reversões		2017
	Ao reclamante	A CPTM	
Cíveis	(818)	(736)	15.920
Recursais	(1.446)	(5.129)	69.174
Trabalhistas	(386)	(1.209)	6.300
Tributários	-	(20.163)	225.561
	(2.650)	(27.237)	316.954





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



O Convênio firmado com a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos visava estabelecer as condições básicas necessárias à continuidade dos serviços após a transferência da CBTU-STU/SP para o âmbito da CPTM, bem como a prestação mútua de serviços, decorrente do Protocolo e Justificação da Cisão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, ocorrida em 26/05/1994.

Quanto a Rede Ferroviária Federal S.A, mesmo extinta, os créditos são mantidos pelo fato do Governo Federal ter assumido todos os ativos e passivos da empresa, estando, na data de 31/12/2017 encerrados os trabalhos de avaliação documental pelo responsável pela inventariança da referida Empresa. Como para ambos os casos, há o reconhecimento de passivo decorrente dos mesmos instrumentos de sustentação para os créditos pendentes,

14. Imobilizado em uso/andamento

	Taxas de depreciação	Custo reavaliado	Custo original	Custo total	2017	2016
Terrenos e leito da linha	-	538.715	1.242.678	1.781.393	538.715	1.231.189
Via permanente, edifícios e instalações	1,25% a 6,66%	989.436	3.074.528	4.063.964	991.715	2.950.856
Equipamentos de transportes ferroviários	6,66% a 10%	2.384	2.882	5.266	2.657	813
Trens	2,50% a 7,14%	568.843	3.211.525	3.780.368	636.384	2.102.461
Outros equipamentos de transporte	5,55% a 33,33%	5.406	118.792	124.198	5.406	118.792
Equipamentos, máquinas e ferramentas	4% a 33,33%	8.131	278.047	286.178	8.135	267.643
Mobiliário em geral	4,34% a 33,33%	628	75.227	75.855	631	74.288
Outros ativos imobilizados	-	36	42.403	42.439	35	35.584
Imobilizações em andamento	-	-	3.453.349	3.453.349	-	2.872.002
Equipamentos de giro	-	-	4.474	4.474	-	4.473
Adiantamentos Concedidos	-	-	47.809	47.809	-	-
		2.113.579	11.551.714	13.665.293	2.183.678	9.658.101
		(1.365.963)	(1.863.431)	(3.229.394)	(1.375.927)	(1.710.426)
		747.616	9.688.283	10.435.899	807.751	7.947.675
						11.841.778
						(3.086.353)
						8.755.425

Depreciação acumulada

	2016	Adição	Transferências ¹	Baixas	2017
Terrenos e leito de linha	1.769.904	1.046	11.813	(1.370)	1.781.393
Via permanente, edifícios e instalações	3.942.571	8.645	117.598	(4.850)	4.063.964
Equipamentos de transportes ferroviários	3.470	-	2.091	(295)	5.266
Trens	2.738.844	1.192.953	9.954	(161.384)	3.780.367
Outros equipamentos de transporte	124.198	-	-	-	124.198
Equipamentos, máquinas e ferramentas	275.778	1.026	10.246	(872)	286.178
Mobiliário em geral	74.919	970	15	(48)	75.856
Outros ativos imobilizados	35.619	1.716	5.128	(24)	42.439
Imobilizações em andamento	2.872.002	773.267	(186.202)	(5.718)	3.453.349
Equipamentos de giro	4.473	2	-	-	4.475
Adiantamentos Concedidos	-	2.845	44.963	-	47.808
	11.841.778	1.982.470	15.606	(174.561)	13.665.293

¹Transferências:

R\$ 15.627 (R\$ 13.838 em 2016 corrigido monetariamente em 2017 conforme termos contratuais): Reclassificação de Adiantamentos a Fornecedores (Nota 2.6) para este Grupo - Subgrupo Adiantamentos Concedidos, haja vista se referirem a tributos aduaneiros pagos pela CPTM por conta de fornecimento sob encomenda de bem do ativo Imobilizado.

(R\$ 21) - Reclassificação de custos de desapropriações de terrenos para a Linha 5 Lilás cedida ao Metrô (Nota 14.6.1) anteriormente classificadas no grupo Imobilizações em Andamento.

14.2. Movimentação do período (depreciação):

	2016	Adição	Baixa	2017
Via permanente, edifícios e instalações	1.448.610	131.761	(4.136)	1.576.235
Equipamentos de transportes ferroviários	3.470	292	(295)	3.467
Trens	1.314.560	95.326	(108.155)	1.301.731
Outros equipamentos de transporte	42.971	5.935	-	48.906
Equipamentos, máquinas e ferramentas	201.608	14.000	(872)	214.736
Mobiliário em geral	58.840	5.542	(39)	64.343
Outros ativos imobilizados	16.294	3.700	(18)	19.976
	3.086.353	256.556	(113.515)	3.229.394

14.3. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

A revisão realizada para o exercício de 2017, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa - UGC, a partir de testes pela metodologia de avaliação por custos por reposição depreciados, não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para redução ao valor recuperável.

14.4. Ativos adquiridos pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) para a utilização pela CPTM Desde o exercício de 2008, foram firmados contratos de fornecimento de trens e respectivos sobressalentes diretamente pela STM para serem utilizados pela CPTM.

Até 31/12/2016, o efetivo de trens entregues e em operação acumulavam o total de 65 trens, de 8 carros cada um, valorados ao custo residual de R\$ 1.542.699, conforme controle interno dos custos de aquisição, data de disponibilidade para uso e pela aplicação de taxa de depreciação nos mesmos critérios vigentes na Companhia. Conforme deliberação dos acionistas da Companhia, através da 48ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28/11/2017, 57 trens e respectivos sobressalentes foram capitalizados por aporte em bens, no montante de R\$ 1.245.921, conforme Laudo de Avaliação de Valor, emitido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, ente especialista, nos termos previstos na Lei 6404/76, em seu artigo 8º.

Em 31/12/2017, o quantitativo de trens entregues e em operação a serem capitalizados é de 30 trens, destes 08 entregues no segundo semestre de 2016 e outros 22 no decorrer de 2017, correspondentes ao montante residual de R\$ 859.860, aferido na mesma métrica inicial, ou seja, através do controle dos custos de aquisição, data da disponibilidade para uso e pela aplicação de taxa de depreciação nos mesmos critérios vigentes na Companhia. A movimentação do custo histórico e da depreciação acumulada realizados durante o exercício de 2017 está mensurada conforme segue:

	2016	Adição	Baixas por capitalização	Baixas por perda ao valor recuperável	2017
Custo incorrido	1.738.037	631.834	(1.457.797)	(37.086)	874.988
Depreciação acumulada	(195.338)	(31.666)	211.876	-	(15.128)
	1.542.699	600.168	(1.245.921)	(37.086)	859.860

14.5. Imobilizado líquido - Extensão Leste - Cedida do METRO

A CPTM firmou Convênio em dezembro de 2007, junto ao METRO, objetivando a execução de ações conjuntas para a implantação, operação e manutenção do trecho Artur Alvim - Guaianazes do Expresso Leste - **Extensão Leste**, pelo qual é transferida à CPTM a conservação e manutenção das instalações/obras civis, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e sistemas instalados, a operação comercial exclusiva, a gestão de todos os assuntos relacionados aos processos operacionais e, consequentemente, a arrecadação das receitas operacionais da exploração do referido trecho, de propriedade do METRO.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o ativo intitulado Extensão Leste foi reconhecido no Imobilizado da Companhia pelos valores residuais de registro no METRO (base 31 de dezembro de 2012), pela similaridade dos bens no modal metro ferroviário, em contrapartida a um Passivo Não Circulante - Bens Cedidos do METRO (Extensão Leste).

	2016	Adição	Depreciação acumulada	Saldo em 2017 e 2016
Ativos				
Terrenos desapropriados	60.960	-	-	60.960
Edificações	640.226	(79.493)	(79.493)	560.733
Sistemas	78.715	(14.500)	(14.500)	64.215
Outros	11.764	(852)	(852)	10.912
	791.665	(94.845)	(94.845)	696.820

A partir do exercício de 2014, tendo em vista que estudos e ações foram iniciados pela Administração, objetivando a devida regularidade patrimonial, que requeriam levantamentos de vida útil remanescente e a determinação de taxas de depreciação, se manteve o registro contábil inicial inalterado, procedimento este mantido para o exercício de 2017.

No esforço da Administração, na 42ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015, deliberaram os Srs Acionistas da CPTM pelo cometimento à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI da elaboração do laudo de avaliação de valor, objetivando a efetivação da operação societária de aporte de capital em bens, nos termos da Lei 6.404/76.

O Laudo de Avaliação de Valor elaborado pela FIPECAFI, datado de 27/09/2017, teve por base o valor contábil do referido trecho, conforme escrita da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO, na data base de 31/08/2017, totalizando R\$ 657.654.

Caso o custo incorrido e a depreciação tivesse sofrido atualização desde 31 de dezembro de 2012, os valores de depreciação acumulada e os valores residuais, na data de 31/12/2017, estariam mensurados conforme segue:

	2016	Baixas	Adição	Saldo em 31/08/2017 - Laudo de avaliação	Adição	2017
Custo incorrido	794.289	(18)	-	794.271	4	794.275
Depreciação acumulada	(130.865)	-	(5.752)	(136.617)	(2.886)	(139.503)
	663.424	(18)	(5.752)	(657.654)	(2.882)	654.772

passíveis de encontro de contas, não é constituída estimativa para perda para crédito duvidoso.

13. Investimento

Os investimentos desta Companhia estão compostas conforme abaixo, sendo que a participação em empresas de telefonia não atribuem à CPTM controle ou influência sobre as mesmas, sendo registradas pelo custo histórico.

	2017	2016
Ações de telefonia	117	117
Obras de arte pictóricas	32	32
	149	149

	Taxas de depreciação	Custo reavaliado	Custo original	Custo total	2017	2016
Terrenos e leito da linha	-	538.715	1.242.678	1.781.393	538.715	1.231.189
Via permanente, edifícios e instalações	1,25% a 6,66%	989.436	3.074.528	4.063.964	991.715	2.950.856
Equipamentos de transportes ferroviários	6,66% a 10%	2.384	2.882	5.266	2.657	813
Trens	2,50% a 7,14%	568.843	3.211.525	3.780.368	636.384	2.102.461
Outros equipamentos de transporte	5,55% a 33,33%	5.406	118.792	124.198	5.406	118.792
Equipamentos, máquinas e ferramentas	4% a 33,33%	8.131	278.047	286.178	8.135	267.643
Mobiliário em geral	4,34% a 33,33%	628	75.227	75.855	631	74.288
Outros ativos imobilizados	-	36	42.403	42.439	35	35.584
Imobilizações em andamento	-	-	3.453.349	3.453.349	-	2.872.002
Equipamentos de giro	-	-	4.474	4.474	-	4.473
Adiantamentos Concedidos	-	-	47.809	47.809	-	-
		2.113.579	11.551.714	13.665.293	2.183.678	9.658.101
		(1.365.963)	(1.863.431)	(3.229.394)	(1.375.927)	(1.710.426)
		747.616	9.688.283	10.435.899	807.751	7.947.675
						11.841.778
						(3.086.353)
						8.755.425

(a) Composição em 31/12/2017:

	2017			2016		
	Custo incorrido	Depreciação acumulada	Saldo	Custo incorrido	Depreciação acumulada	Saldo
Ativos						
Terrenos desapropriados	60.992	-	60.992	60.992	-	60.992
Edificações	640.281	(113.618)	526.663	640.282	(106.792)	533.490
Sistemas	81.246	(24.573)	56.673	81.263	(22.855)	58.408
Outros	11.756	(1.312)	10.444	11.752	(1.218)	10.534
	794.275	(139.503)	654.772	794.289	(130.865)	663.424

14.6. Imobilizado líquido - Linha 5 Lilás - Cedida ao METRO

A CPTM firmou Convênio em dezembro de 2017, junto ao METRO, objetivando a execução de ações conjuntas para a implantação, operação e manutenção do trecho Capão Redondo - Largo Treze da **Linha 5 Lilás** do METRO, pelo qual é transferida ao METRO a conservação e manutenção das obras civis, equipamentos e sistemas, a operação comercial exclusiva, a gestão de todos os assuntos relacionados aos processos operacionais e, consequentemente, a arrecadação das receitas operacionais da exploração do referido trecho, de propriedade da CPTM.

Assim, pela posse e uso exclusivo pelo METRO, pelo fato de não se vislumbrar a possibilidade da operação desta Linha retornar à responsabilidade desta Companhia, assim como mencionado na Nota 14.5, estudos e ações, desde o exercício de 2014, foram iniciados pela Administração objetivando a devida regularidade patrimonial.

Nestas condições, na 42ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015, deliberaram os acionistas da CPTM, pelo cometimento à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI da elaboração do laudo de avaliação, premissa para efetivação do respectivo aporte em bens, nos termos da Lei 6404/76.

O Laudo de Avaliação de Valor elaborado pela FIPECAFI, datado de 27/09/2017, teve por base o valor contábil da escrita desta Companhia, na data base de 31/08/2017, totalizando R\$ 1.120.189.

	2017			2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Ativos						
Terrenos e Leito de Linha	103.879	-	103.879	102.786	-	102.786
Via Permanente, Edifícios, Instalações	1.120.643	(325.702)	794.941	1.120.643	(298.502)	822.141
Equipamentos de Transportes Ferroviários	1.500	(579)	921	1.500	(529)	971
Trens	280.012	(83.887)	196.125	280.012	(76.906)	203.106
Outros Equipamentos de Transporte	30.717	(18.377)	12.340	30.717	(16.845)	13.872
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	30.591	(30.582)	9	30.591	(30.591)	-
	1.567.342	(459.127)	1.108.215	1.566.249	(423.373)	1.142.876

14.6.1. Movimentação do período (Custo de aquisição):

	2016	Adição	Saldo em 31/08/2017 - Laudo de avaliação	Transfe-rência ¹	2017
Ativos					
Terrenos e Leito de Linha	102.786	1.072	103.858	21	103.879
Via Permanente, Edifícios, Instalações	1.120.643	-	1.120.643	-	1.120.643
Equipamentos de Transportes Ferroviários	1.500	-	1.500	-	1.500
Trens	280.012	-	280.012	-	280.012
Outros Equipamentos de Transporte	30.717	-	30.717	-	30.717
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	30.591	-	30.591	-	30.591
	1.566.249	1.072	1.567.321	21	1.567.342

¹R\$ 21: Reclassificação de custos de desapropriações de terrenos da Linha 5 Lilás cedida ao Metrô (Nota 14.1) anteriormente classificadas no grupo Imobilizações em Andamento.

14.6.2. Movimentação do período (depreciação):

	2016	Adição/ baixa	Saldo em 31/08/2017 - Laudo de avaliação	Adição	Saldo em 31/12/2017
Ativos					
Via Permanente, Edifícios, Instalações	298.502	18.082	316.584	9.118	325.702
Equipamentos de Transportes Ferroviários	529	33	562	17	579
Trens	76.906	4.642	81.548	2.340	83.888
Outros Equipamentos de Transporte	16.845	1.018	17.863	513	18.376



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



17. Arrendamento mercantil financeiro

Contrato firmado em 19 de março de 2010 pelo prazo de 20 anos, cujo objeto é a Concessão Administrativa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, dentro dos padrões pré-definidos de confiabilidade, disponibilidade e tempo de reparo, com renovação total da frota.

O processo de modernização consiste na renovação total da frota dedicada a Linha 8 Diamante, em duas etapas, abrangendo, na primeira etapa, o fornecimento de 12 trens novos de 8 carros, totalizando 96 carros, e, na segunda etapa, o fornecimento de 24 trens novos de 8 carros, totalizando 192 carros, eventos estes já realizados. Conforme cláusula contratual, os mecanismos de pagamento da contraprestação pecuniária e da remuneração da concessionária, referente a renovação da frota de trens, está sendo liquidada financeiramente mediante pagamentos de parcelas mensais por trem entregue, desde o mês base da entrega física até o período final do contrato (240 meses), valor este reajustado anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor - FIPE. Também, nos termos contratuais, os trens novos adquiridos e/ou fabricados pela Concessionária serão utilizados para prestação de serviço e terão como destino a CPTM para uso na operação dos serviços de transporte público de passageiros. Ou seja, todos os trens produzidos serão transferidos à CPTM para que a mesma utilize em suas operações da Linha 8 - Diamante, provendo a renovação da frota de trens objeto do contrato.

Face ao exposto, a operação foi enquadrada como sendo Operação de Arrendamento Mercantil, de acordo com o CPC 06 (R1). A taxa de juros utilizada é de 8,3% a.a., taxa utilizada para o cálculo do valor do contrato, valor presente com desconto.

17.1. Abertura por vencimento - Carteira de arrendamento a valor presente:

Prazos	2017			2016		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Vencidos				1.887	5.360	7.247
Até 1 ano	59.828	3.580	63.408	57.883	3.302	61.185
De 1 a 5 anos	239.312	1.595	240.907	231.530	1.544	233.074
Acima de 5 anos	453.696	3.025	456.721	496.825	3.312	500.137
	752.836	8.200	761.036	788.125	13.518	801.643
Circulante			63.408			68.432
Não circulante			697.628			733.211

17.2. Movimentação no período:

	2016	Juros	Atualização monetária	Pagamentos	2017
	801.643	61.470	35.258	(137.335)	761.036

17.3. Abertura por vencimento - Fluxo de caixa futuro das operações de arrendamento mercantil:

Prazos	2017			2016		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Vencidos	-	-	-	1.887	5.360	7.247
Até 1 ano	36.174	62.101	98.275	33.402	64.608	98.010
De 1 a 5 anos	177.318	203.058	380.376	163.729	216.648	380.377
Acima de 5 anos	539.344	181.785	721.129	589.107	227.116	816.223
	752.836	446.944	1.199.780	788.125	513.732	1.301.857

18. Receitas diferidas

Natureza da Receita	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bilhetes de transporte metropolitano	-	-	-	34.952	-	34.952
Bilhetes - expresso turístico	44	-	44	46	-	46
Antecipação de venda de inservíveis e sucatas	4.307	-	4.307	131	-	131
Aluguéis e arrendamentos	516	8.082	8.598	516	8.598	9.114
	4.867	8.082	12.949	35.645	8.598	44.243

Em 2017, os bilhetes de transporte metropolitano de natureza temporal e convencional, operacionalizados pelo SBE, passaram a ser controlados contabilmente de forma unificada, pelo fato de se tratar de uma carteira financeira única cujo repasse dos recursos financeiros é realizado de forma unificada. Nestas condições, o déficit apurado para o bilhete convencional foi amortizado parcialmente por este passivo.

19. Provisões para contingências

Natureza das ações	2017		2016	
Trabalhista	662.841		604.687	
Cíveis	80.782		83.262	
	743.623		687.949	

19.1. Trabalhistas e Cíveis

Das reclamações relativas a ações cíveis destaca-se pedidos de indenização decorrentes de acidentes com passageiros transportados pela Companhia e de incidentes ocorridos no leito férreo, execução fiscal e da revisão de equilíbrio econômico financeiro de contratos de prestação de serviços.

Quanto aos processos trabalhistas referem-se a pedidos de pagamento de diferenças de remuneração decorrentes de cálculos de horas extras, adicionais de periculosidade, insalubridade e de risco, acidentes de trabalho, diferenças de verbas rescisórias pagas a empregados aposentados, incidências de anuênio em outras verbas trabalhistas e casos semelhantes.

A Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados a CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010.

(a) Classificação de Risco de Perda

A CPTM constituiu no exercício de 2017 provisão no montante de R\$ 743.623 (R\$ 687.949 em 2016). Os desembolsos possíveis decorrentes da eventual perda das ações com risco de perda provável poderão ocorrer no período de aproximadamente 2 a 3 anos, em média. As ações com classificação de perda possível no exercício de 2017 totalizaram R\$ 162.601 (R\$ 149.940 em 2016), para os quais nenhuma provisão é requerida conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Natureza das ações	Avaliação de perdas prováveis		Avaliação de perdas possíveis	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	662.841	604.687	47.444	37.770
Cíveis	80.782	83.262	115.157	112.170
	743.623	687.949	162.601	149.940

(b) Movimentação do período

Natureza das ações	2016	Provisões	Liquidações	Reversões/baixas	2017
	Trabalhistas	604.687	247.587	(127.515)	(61.918)
Cíveis	83.262	93.823	(22.268)	(74.035)	80.782
	687.949	341.410	(149.783)	(135.953)	743.623

20. Provisões para benefícios a empregados

Em 31/12/2017, considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia, a posição de ativos e passivos é a seguinte:

	2017	2016
		(Reapresentado (Nota 2.6))
Plano de pensão - benefício definido		
Ativos financeiros	466.671	463.864
Obrigações	(1.149.582)	(1.040.043)
Deficit atuarial	(682.911)	(576.179)
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido - responsabilidade da patrocinadora	682.911	576.179
Passivo atuarial com benefício de saúde	68.460	30.028
Passivo atuarial com benefício de desligamento dos ex empregados da FEPASA	16.948	13.533
Total do passivo atuarial	768.319	619.740

Remensurações reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes corresponde ao plano de pensão de benefício definido, no exercício findo em 31/12/2017, é de R\$ 64.057 (R\$ 147.642 em 2016).

Dentre os benefícios mantidos pela CPTM em favor de seus empregados, os seguintes benefícios se enquadram nas exigências do CPC-33 (R1), dos quais decorrem obrigações de longo prazo:

Benefícios pós-emprego:

- Plano de Previdência dos ex-funcionários da CBTU junto à Refer;
- Plano de Saúde e Odontológico;
- Benefício de Desligamento Sem Justa Causa dos funcionários oriundos da ex-FEPASA.

Benefícios de curto prazo:

Liquidados em até 12 meses do fechamento do exercício contábil contabilizados como despesas no exercício em que ocorreram; enquadram-se nesta categoria:

- Anuênio/Gratificação por Tempo de Serviço;
- Seguro de Vida em Grupo;
- Vale Refeição e Vale Alimentação; e
- PPR - Programa de Participação nos Resultados.

(a) Programa previdenciário

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei n. 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar n.º 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CPTM, através de sua entidade de previdência complementar denominada REFER, instituiu um plano de benefícios definidos, cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados.

O programa de benefícios previdenciários garante o pagamento dos seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria especial;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pecúlio por morte;
- Pensão por morte.

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo;
- Resgate de Contribuições;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Autopatrocínio.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

A CPTM adota os procedimentos recomendados pelas Normas de Contabilidade emanadas pelo CPC n.º 33 (R1), que atua na padronização das demonstrações contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais. A adoção das normas do CPC pela CPTM permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Companhia.

Em 31/12/2017, o valor presente das obrigações da CPTM, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 1.149.581.898 (R\$ 1.040.042.996 em 2016) Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da REFER, na mesma data, montavam R\$ 466.670.693 (R\$ 463.863.757 em 2016), revelando, pois, um déficit de cobertura de R\$ 682.911.204 (R\$ 576.179.239 em 2016).

Relativamente ao déficit apurado, destacamos a informação de que há parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida firmados entre a REFER e a Patrocinadora CBTU que somam mais de R\$ 800 milhões. Há um acordo judicial para o equacionamento desta dívida sob análise da Procuradoria Geral da União objetivando a respectiva manifestação sobre seus termos. No caso de sua aprovação, a situação de equilíbrio do plano poderá ser revertida de deficitária para superavitária.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo utilizou-se o método do Crédito Unitário Projetado em seus cálculos, também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço. Essa metodologia considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Resultados

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros (em R\$)		
	31/12/2016	31/12/2017	Projeção 31/12/2018
Obrigações no início do exercício	1.034.363.744	1.040.042.996	1.149.581.898
Custo do serviço corrente	29.553.250	13.607.379	15.839.489
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	126.505.007	113.180.353	110.939.767
(-) Benefícios pagos no ano	(107.184.508)	32.083.693	-
Obrigações no final do exercício	1.040.042.996	1.149.581.898	1.218.991.748
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	411.365.380	463.863.757	466.670.693
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	50.310.909	49.959.024	44.057.814
Contribuições patronais	7.968.846	7.869.542	8.462.276
Contribuições participantes	4.607.786	4.990.440	5.366.320
(-) Benefícios pagos	(43.194.497)	(49.332.523)	(57.369.407)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	32.805.333	(10.679.546)	-
Ativos financeiros no final do exercício	463.863.757	466.670.693	467.187.696
(Déficit)/Superávit apurado	(576.179.239)	(682.911.204)	(751.804.051)

Composição da Carteira

	R\$	%
Títulos públicos	279.948.662	59,99%
Créditos privados	1.970.247	0,42%
Renda variável	19.628.091	4,21%
Fundos de investimento	49.019.433	10,50%
Investimentos imobiliários	111.769.751	23,95%
Empréstimos e financiamentos	6.589.653	1,41%
Disponível	147.290	0,03%
Outras exigibilidades (-)	(2.402.433)	-0,51%
Ativo líquido	466.670.693	100,00%

Item	Custo dos juros sobre as obrigações calculadas (em R\$)	
	31/12/2016	31/12/2017
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício		113.710.204
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		(2.770.436)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		110.939.768

Item	Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros (em R\$)	
	31/12/2016	31/12/2017
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros		46.160.452
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores		667.799
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios		(2.770.436)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros		44.057.815

Item	Despesa/(Receita projetada (em R\$))	
	31/12/2016	31/12/2017
Custo do serviço corrente		15.839.489
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais		110.939.768
(-) Contribuições esperadas de participantes		(5.366.320)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros		(44.057.815)
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício		77.355.122

Saldo	Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA (em R\$)	
	31/12/2016	31/12/2017
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (a) = (b) + (c)		42.763.239
(Ganho)/perda no valor das obrigações (b)		32.083.694
(Ganho)/perda nos ativos financeiros (c)		10.679.545

Movimentação do passivo atuarial líquido	31/12/2017	
	Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)
Despesa/(receita) a ser reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)		71.838.268
Custo do serviço corrente (d)		13.607.379
(-) Contribuições de participantes (e)		(4.990.440)
Juros sobre a obrigação atuarial (f)		113.180.353
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)		(49.959.024)
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)		(7.869.542)
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)		682.911.204





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Composição dos (Ganhos)/Perdas do exercício

	31/12/2017
Redução da taxa de desconto	42.897.614
Ajustes de experiência	(10.813.920)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(32.083.694)

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

	(R\$)	%
Real	1.149.581.898	-
Aumento (1%)	1.025.272.303	-11%
Redução (1%)	1.288.963.465	12%

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas

	(R\$)	%
Real	1.149.581.898	-
Aumento (1%)	1.216.869.969	6%
Redução (1%)	1.100.279.373	-4%

Sensibilidade da rotatividade sobre as obrigações calculadas

	(R\$)	%
Real	1.149.581.898	-
Aumento (1%)	1.093.543.273	-5%
Redução (1%)	1.208.492.222	5%

(b) Programa de saúde e odontológico

A CPTM oferece aos seus empregados ativos e respectivos dependentes, três tipos de plano de assistência médica, sendo diferenciados pela rede de hospitais credenciados e tipos de acomodação. Para o plano básico, a Companhia subsidia 100% do valor das mensalidades, não havendo, portanto, a caracterização de continuidade vitalícia no período pós-emprego, mas somente pelos prazos máximos proporcionais exigidos pela legislação vigente para os casos de desligamento.

Para os demais produtos, caso o funcionário manifeste interesse em fazer upgrade de categoria, há uma contribuição mensal a ser paga pelo empregado, sendo o restante subsidiado pela empresa. Para essas situações, há a caracterização do vínculo vitalício após a aposentadoria, no instante em que o funcionário tenha contribuído por mais de dez anos ao plano e venha a se aposentar na empresa. Os direitos foram calculados proporcionalmente para os ativos e os benefícios concedidos foram calculados conforme a indicação de temporariedade informada pela empresa.

Os planos odontológicos, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, normalmente não apresentam passivos de longo prazo a serem registrados, dado o seu comportamento inverso em relação aos planos de assistência médica. Isso ocorre porque, ao contrário dos planos médicos, onde a utilização e o custo são exponenciais em relação à idade, nos planos odontológicos tanto a utilização como o custo são decrescentes em relação à idade. Assim, quando avaliada a arrecadação e o custo médio da carteira, o saldo é superavitário. Por essa razão a avaliação atuarial apenas identificou passivos relacionados ao plano médico.

Resultados

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros (em R\$)		
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Obrigações no início do exercício	25.055.108	30.027.829	68.459.569
Custo do serviço corrente	905.752	908.186	2.872.572
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	2.689.103	3.243.760	6.658.311
(-) Benefícios pagos no ano	2.365.667	35.819.370	-
Obrigações no final do exercício	(987.801)	(1.539.576)	(3.358.493)
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	30.027.829	68.459.569	74.631.959
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	-	-	-
Contribuições patronais	-	-	-
Contribuições participantes	-	-	-
(-) Benefícios pagos	-	-	-
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(987.801)	(1.539.576)	-
Ativos financeiros no final do exercício	987.801	1.539.576	-
(Déficit)/Superávit apurado	(30.027.829)	(68.459.569)	(74.631.959)

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas (em R\$)

Item	31/12/2017
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	6.821.667
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(163.356)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	6.658.311

Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício (em R\$)

Item	31/12/2018
Custo do serviço corrente	2.872.572
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	6.658.311
(-) Contribuições esperadas de participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício	9.530.883

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA (em R\$)

Saldos	31/12/2017
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (a) = (b) + (c) + (d)	19.829.021
(Ganho)/perda no valor das obrigações (b)	35.819.370
Benefícios pagos no exercício (c)	(1.539.576)
(-) (Ganho)/Perda a ser reconhecido em DRE (d)	(14.450.773)

Movimentação do passivo atuarial líquido

	31/12/2017
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	30.027.829
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	19.829.021
Despesa/(receita) reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	18.602.719
Custo do serviço corrente (d)	908.186
(-) Contribuições de participantes (e)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	3.243.760
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	-
Alteração nos planos contratados (h)	14.450.773
(-) Contribuições normais do patrocinador (i)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício (j) = (a) + (b) + (c) + (i)	68.459.569

Composição dos (ganhos)/perdas sobre as obrigações calculadas

	Impacto
Redução da taxa de desconto (ORA)	2.139.183
Aumento do valor médio dos planos alterações de categorias (DRE)	14.450.773
Aumento da população de inativos (ORA)	18.096.774
Ajustes de experiência (ORA)	1.132.640
(Ganho)/Perda ao final do exercício	35.819.370

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	68.459.569	-
Aumento (1%)	61.056.720	-11%
Redução (1%)	76.759.980	12%

Sensibilidade da inflação médica sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	68.459.569	-
Aumento (1%)	73.473.966	7%
Redução (1%)	63.787.391	-7%

Sensibilidade da rotatividade sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	68.459.569	-
Aumento (1%)	64.950.924	-5%
Redução (1%)	71.911.851	5%

(c) Programa de benefícios por desligamento aos ex-funcionários da extinta FEPASA

A Companhia mantém, em seu quadro de funcionários ainda em atividade, 850 ex-funcionários da extinta FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., que por força de acordo coletivo firmado em 1994, possuem benefícios de

desligamento sem justa causa, caso o contrato de trabalho seja rescindido por parte da empresa. A contagem do período para cálculo das indenizações abaixo detalhadas cessou em 1996. Os benefícios garantidos pela empresa são:

- Empregado que no ato do desligamento contar com 4 até 10 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a um salário mensal por ano de serviço;
- Empregado que no ato do desligamento contar com 10 até 20 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários mensais por ano de serviço;
- Empregado que no ato do desligamento contar com 20 anos completos ou mais de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários e meio mensais por ano de serviço;
- Além das verbas indenizatórias descritas nos itens anteriores, a FEPASA pagará 80% sobre depósitos legalmente corrigidos do FGTS, por ela efetuados, nos quais já constam incluídos os 40% previstos em Lei e mais o aviso prévio e outras verbas indenizatórias exigidas pela legislação vigente;
- Caso o empregado admitido até 31/12/1994, com pelo menos 4 anos de serviço, solicite seu desligamento da empresa, terá direito a 80% sobre os depósitos legalmente corrigidos do FGTS, por ela efetuados, nos quais já estão incluídos os 40% previstos em Lei, mais as verbas indenizatórias vigentes.

Resultados

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros (em R\$)		
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Obrigações no início do exercício	15.123.770	13.533.222	16.948.006
Custo do serviço corrente	944.918	456.855	560.649
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	1.850.311	1.492.777	1.658.492
(-) Benefícios pagos no ano	(4.385.777)	1.465.152	-
Obrigações no final do exercício	-	-	(225.241)
Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício	13.533.222	16.948.006	18.941.906
(Déficit)/Superávit apurado	(13.533.222)	(16.948.006)	(18.941.906)

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas

	31/12/2018
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	1.669.324
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(10.832)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	1.658.492

Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício

	31/12/2018
Custo do serviço corrente	560.649
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	1.658.492
(-) Contribuições esperadas de participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício	2.219.141

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA

	31/12/2017
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (a) = (b) + (c)	1.465.152
(Ganho)/perda no valor das obrigações (b)	1.465.152
Benefícios pagos no exercício (c)	-

Movimentação do passivo atuarial líquido

	31/12/2017
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	13.533.222
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	1.465.152
Despesa/(receita) reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	1.949.632

Custo do serviço corrente (d)	456.855
(-) Contribuições de participantes (e)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	1.492.777
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	-
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)	16.948.006

Composição dos (ganhos)/perdas do exercício

	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	964.174
Alteração da base salarial adotada	356.847
Ajuste de experiência	144.131
(Ganho)/Perda ao final do exercício	1.465.152

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	16.948.006	-
Aumento (1%)	15.115.340	-11%
Redução (1%)	19.002.875	12%

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	16.948.006	-
Aumento (1%)	17.665.839	4%
Redução (1%)	16.259.342	-4%

Sensibilidade da taxa de rotatividade sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	16.948.006	-
Aumento (1%)	17.662.077	4%
Redução (1%)	16.262.806	-4%

21. Capital social

Em 31/12/2017, o Capital Subscrito e Integralizado está representado por 509.485.284.050 (377.625.592.987 em 2016) ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 15.284.558 (R\$ 11.328.779 em 2016), nos termos da deliberação societária quando da 48ª AGE, realizada em 28/11/2017, na qual, inclusive foi deliberado o aumento do Capital Autorizado para R\$ 21.000.000.000 (R\$ 15.000.000.000 até 2016), nos termos do Artigo 3º, parágrafo único, do seu Estatuto Social.

22. Adiantamentos para futuro aumento de capital

Referem-se a recursos financeiros disponibilizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, na condição de acionista majoritário da CPTM, para fazer frente ao Programa de Investimento da Companhia, previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que tais recursos somente são liberados para pagamento de medições contratuais e outras caracterizadas como de investimento, diretamente aos fornecedores, através do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 16.347 de 29/12/2016, os repasses financeiros à CPTM foram de R\$ 961.316 (R\$ 839.340 em 2016), a título de aportes para futura capitalização.

23. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita operacional bruta	2.598.201	2.386.801
Receita dos transportes ferroviários	1.389.388	1.338.307
Subvenção recebida para operação	1.141.559	987.627
Outras receitas	67.254	60.867
Deduções da receita bruta	(36.779)	(35.344)
Cofins e Papep	(7.070)	(6.508)
Impostos	(29.709)	(28.836)
	2.561.422	2.351.457

24. Custos dos serviços prestados

	2017	2016
Pessoal	(830.431)	(811.965)
Energia elétrica de tração	(213.344)	(265.746)
Vigilância	(209.927)	(202.020)
Limpeza e conservação	(88.724)	(84.206)
Manutenção	(551.735)	(502.615)
Serviços de transporte	(27.310)	(27.066)
Materiais	(55.893)	(42.444)
Depreciação/amortização	(247.314)	(227.746)
Outros	(48.741)	(41.677)
	(2.273.419)	(2.205.485)

25. Despesas administrativas

	2017	2016
Pessoal	(185.642)	(182.169)
Limpeza e conservação	(835)	(1.096)
Manutenção	(2.030)	(1.279)
Processamento de dados	(19.386)	(18.629)
Propaganda e publicidade	(207)	(1.118)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



	2017	2016 (reapresentado)
Sistema de bilhete eletrônico	(28.420)	(30.800)
Serviços de transporte	(14.241)	(13.688)
Materiais	(2.390)	(2.333)
Indenizações	(159.157)	(93.834)
Depreciação/amortização	(52.514)	(54.218)
Provisões	(160.289)	53.401
Gastos gerais	(22.519)	(22.229)
Outros	(11.728)	(17.836)
	(659.358)	(385.828)

26. Despesa por natureza

	2017	2016 (reapresentado)
Pessoal	(1.016.073)	(977.789)
Energia elétrica de tração	(213.344)	(265.746)
Vigilância	(209.927)	(202.020)
Limpeza e conservação	(89.559)	(85.302)
Manutenção	(553.765)	(503.894)
Processamento de dados	(19.386)	(18.629)
Propaganda e publicidade	(207)	(1.118)
Sistema de bilhete eletrônico	(28.420)	(30.800)
Serviços de transporte	(41.551)	(40.754)
Materiais	(58.283)	(44.777)
Indenizações	(159.157)	(93.834)
Depreciação/amortização	(299.828)	(281.964)
Provisões	(160.101)	38.520
Gastos gerais	(22.519)	(22.229)
Outros	(60.657)	(60.977)
	(2.932.777)	(2.591.313)

27. Outras receitas e despesas

	2017	2016
Perdas decorrentes do Sistema de Bilhete Eletrônico	(184.894)	(192.052)
Baixas patrimoniais	(61.117)	(13.347)
Receitas eventuais	29.194	32.504
Entradas de sucatas e inservíveis em estoque	1.325	1.477
Outras	20.190	1.773
	(195.302)	(169.645)

28. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
- Rendimentos de aplicações e fundos	4.449	5.837
- Variação monetária e cambial ativa	10.104	13.002
- Multas	3.238	4.256
- Outras	13.300	6.186
	31.091	29.281
(-) Despesas financeiras		
- Variação monetária e cambial passiva	(4.868)	(15.198)
- Juros incorridos e atualização monetária s/ arrendamento mercantil financeiro	(96.728)	(91.608)
- Juros incorridos s/ passivo atuarial - benefícios a empregados	(67.958)	(80.734)
- Juros s/ demais compromissos	(1)	(600)
- Outras	(6)	(1)
	(169.561)	(188.141)
	(138.470)	(158.860)

29. Imposto de renda e contribuição social diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
29.1. Composição dos impostos diferidos:		
Ativo de imposto diferido:		
- Prejuízos fiscais	20.446	25.043
Passivo de imposto diferido:		
- Reserva de reavaliação	(20.446)	(25.043)
Imposto diferido (líquido)	-	-
29.2. Movimentação do período:		
Ativo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2016	274.635	-
Debitado ao resultado	(20.446)	-
Em 31 de dezembro de 2017	254.189	-
Passivo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2015	-	274.635
Creditado ao resultado	-	(20.446)
Em 31 de dezembro de 2016	-	254.189

30. Partes relacionadas

As transações realizadas pela CPTM com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

	2017	2016
Ativo de imposto diferido:		
- Prejuízos fiscais	20.446	25.043
Passivo de imposto diferido:		
- Reserva de reavaliação	(20.446)	(25.043)
Imposto diferido (líquido)	-	-

30. Partes relacionadas

	Prejuízos fiscais	Reserva de reavaliação
Ativo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2016	274.635	-
Debitado ao resultado	(20.446)	-
Em 31 de dezembro de 2017	254.189	-
Passivo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2015	-	274.635
Creditado ao resultado	-	(20.446)
Em 31 de dezembro de 2016	-	254.189

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Referido pronunciamento técnico determina que, quando a entidade tem um histórico de perdas recentes, ela deve reconhecer ativo fiscal diferido advindo de prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis (passivos de impostos diferidos) suficientes. Nesse sentido, o reconhecimento dos ativos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram limitados ao valor dos passivos de impostos diferidos da CPTM.

30. Partes relacionadas

As transações realizadas pela CPTM com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Operações/partes relacionadas				
Contas a receber de clientes				
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	-	2.154	2.395	3.637
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	-	-	-	(195)
Fundação para Desenvolvimento da Educação - FDE	-	-	-	(6)
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	-	-	310	(43)
Subtotal	-	2.154	2.705	3.393
Indenizações trabalhistas a reembolsar				
Secretaria da Fazenda	-	23.003	-	27.702
Subtotal	-	23.003	-	27.702
Outros créditos				
Agência Reg. de Serv. Púb. Deleg. De Transp. do Est. de São Paulo - ARTESP	29	-	29	-
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP	-	-	-	6
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	-	-	6	-
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRO	312	126	236	-
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	-	-	14	-
Subtotal	341	126	285	6

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Operações/partes relacionadas				
Receita líquida				
Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo	-	2	-	-
Centro De Detenção Provisória De Franco Da Rocha	-	4	-	11
Centro De Detenção Provisória De Mauá	-	-	-	5
Centro De Detenção Provisória De Santo André	-	3	-	2
Centro De Detenção Provisória De Vila Independência	-	-	-	2
Centro De Progressão Penitenciária De Franco Da Rocha	-	29	-	13

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Operações/partes relacionadas				
Centro De Progressão Provisória De São Miguel	-	-	-	2
Centro De Reintegração Social e Cidadania	-	-	-	7
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	-	34	-	-
Fundação Centro de Atend.Sócio Educativo ao Adolescente - Fundação CASA	-	-	-	1
Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC	-	3	-	3
Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP	-	2	-	1
Penitenciária Mario De Moura e Albuquerque	-	6	-	5
Penitenciária Nilton Silva	-	2	-	-
Subtotal	-	85	-	52

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Operações/partes relacionadas				
Fornecedores				
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP	(2.143)	(14.150)	(1.823)	(13.521)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	(409)	(11.454)	(520)	(11.426)
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRO	(4.568)	(3.863)	(424)	(385)
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	(516)	(6.337)	(1.163)	(6.652)
Fundação do Desenv. Administrativo - FUNDAP	-	-	-	(82)
Fundação Prof.Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP	-	(172)	-	-
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	(60)	(950)	(47)	(789)
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT	(221)	(394)	(920)	(1.759)
Subtotal	(7.917)	(37.320)	(4.897)	(34.614)

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Contas a pagar				
Cia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo - CDHU	(4.346)	(264)	(4.083)	(399)
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRO	(7.293)	(3.027)	(5.017)	(3.412)
Subtotal	(11.639)	(3.291)	(9.100)	(3.811)

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Despesas administrativas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	(591)	-	(212)
Secretaria da Fazenda	-	-	-	(225)
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	-	(1)	-	-
Subtotal	-	(592)	-	(437)

	2017		2016	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Outras receitas (despesas) líquidas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	(201)	-	-
Subtotal	-	(201)	-	-
Total geral	(19.215)	(16.036)	(11.007)	(7.709)

(a) Remuneração da administração
A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2017, de acordo com o Parecer CODEC 024/2017 de 17/04/2017, é de 30% sobre a remuneração dos diretores da Companhia para os membros do Conselho de Administração e de 20% sobre a remuneração dos diretores para os membros do Conselho Fiscal. A seguinte distribuição sido realizada aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Descrição	2017	2016
Honorários	816	804
	816	804

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados.

(b) Benefícios pós-emprego
A CPTM não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

31. Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte (receita tarifária), através do carregamento de crédito antecipado à viagem (sistema SBE). Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

• Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

• Adiantamentos a Fornecedores

Estas operações não estão expostas a riscos, pois as antecipações efetivadas aos fornecedores correspondem a impostos e despesas aduaneiras relativos a equipamentos já em posse da CPTM, no aguardo de sua instalação, momento em que será faturado o serviço prestado e descontadas as correspondentes antecipações.

Exposição Máxima ao Risco de Crédito:

	2017	2016
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	64.141	43.215
Contas a receber de clientes	20.647	18.860
Outros créditos	3.588	3.598
Ativos mantidos para venda	-	72
	88.376	65.745

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa de economia mista dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Nesse sentido, a empresa é subvencionada pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

Passivos financeiros e os seus vencimentos contratuais:

	Vencimentos				Total
	Vencidos	Até 30 dias	De 30 a 90 dias	De 90 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	41.966	143.842	189.253	-	375.061
Garantias Contratuais	506	56	47	949	2.465
Contas a pagar	7.360	9.224	4.443	4.372	23.716
	49.832	153.122	193.743	5.321	426.641

Risco de Mercado

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (BRL). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

32. Instrumentos financeiros

32.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efeitos no resultado.

• Contas a receber de clientes e outros créditos: classificados em empréstimos e recebíveis, reconhecidos pelo valor de custo do ativo e mensurados a posterior pelo custo amortizado com efeitos no resultado.

• Ativos mantidos para venda: mensurados pelo custo do ativo ajustados ao valor justo por meio do resultado abrangente.

• Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados em outros passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado com efeitos no resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Ativos	2017				2016				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	64.141				64.141	43.215			43.215
Contas a receber de clientes		20.647			20.647			18.860	18.860
Outros créditos		3.588			3.588			3.598	3.598
Ativos mantidas para venda							72		72
Passivos									
Fornecedores				375.061	375.061				311.036
Garantias contratuais				2.465	2.465				2.041
Contas a pagar				49.115	49.115				39.878

As operações da Companhia estão sujeitas ao Risco de crédito, decorrente da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações exclusivamente pelo Banco do Brasil S/A, na forma estabelecida pelo Decreto nº 60.244 de 14/03/2014. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

32.2. Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Quando disponível, a CPTM determina o valor justo de seus ativos e passivos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações justas entre partes independentes.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 determinadas com base em cotações públicas em mercados ativos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (com preços) ou indiretamente (com

base em preços); e

- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas internas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 não houve instrumentos financeiros mensurados a valor justo agrupados nos níveis 2 e 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e a hierarquia de valor justo:

Descrição	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	64.141	-	-	43.215	-	-
Total	64.141	-	-	43.215	-	-

Devido às características dos ativos financeiros da CPTM mensurados ao custo amortizado, a administração entende que não há diferença entre o valor contábil e valor justo para esses ativos.

33. Coberturas de seguros

A Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestado.

DIRETORIA EXECUTIVA DA CPTM					CONTADORA	
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente	Vitor Wilson Garcia Diretor de Operação e Manutenção	Carlos Roberto Dos Santos Diretor de Engenharia e Obras	Milton Frasson Diretor Administrativo e Financeiro	José Augusto Rodrigues Bissacot Diretor de Planejamento e Projetos	Marli Cândido Dutra CRC.CT.1SP131206/O-7	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, cumprindo as determinações legais, na 292ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de março de 2018, às 09h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2017.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores,

Aparecida Massako Funagoshi Bovi Conselheira	Thiago Souza Santos Conselheiro	Rafael Souza Pena Conselheiro	Roberta Campedelli A. Gonçalves Conselheira	Pablo Andrés Fernández Uhart Conselheiro
--	---	---	---	--

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 297ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de março de 2018, às 10h00, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis neste contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, - complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2017.

Clodoaldo Pelissioni Presidente do Conselho	Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Conselheiro	Tufi Daher Filho Conselheiro	Francisco Eduardo de Holanda Bessa Conselheiro
---	--	--	--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 30 trens e peças sobressalentes dos mesmos, destes 08 entregues no segundo semestre de 2016 e outros 22 no decorrer de 2017, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 859.860 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 15.128 mil (65 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.542.699 mil em 31 de dezembro de 2016 líquido da depreciação acumulada de R\$ 195.338 mil). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 859.860 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.542.699 mil em 31 de dezembro de 2016) respectivamente, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está superavaliado em R\$ 31.666 mil (R\$ 38.023 mil em 31 de dezembro de 2016).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.5, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia vem operando a Extensão Leste construída pelo Metrô de São Paulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os valores líquidos da Extensão Leste no montante de R\$ 696.820 mil em seu ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no mesmo valor no passivo não circulante, permanecendo inalterados os valores em 31 de dezembro de 2017. Embora a formalização de tal registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 44.658 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente (R\$ 36.020 mil em 31 de dezembro de 2016) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está superavaliado em R\$ 8.638 mil (R\$ 10.364 mil em 31 de dezembro de 2016).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.6, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia transferiu operacionalmente a Linha 5 Lilás para o Metrô de São Paulo. O custo líquido da Linha 5 - Lilás, contabilizado no grupo do ativo imobilizado, de R\$ 1.108.215 mil em 31 de dezembro de 2017, líquido da depreciação acumulada de R\$ 459.127 mil (R\$ 1.142.876 mil em 31 de dezembro de 2016 líquido da depreciação acumulada de R\$ R\$ 423.373 mil). Embora a formalização de qualquer registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metro de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros e CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.108.215 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.567.342 mil e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 459.127 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente (R\$ 1.142.876 mil, R\$ 1.566.249 mil e R\$ 423.373 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2016) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está subavaliado em R\$ 35.754 mil (R\$ 36.135 mil em 31 de dezembro de 2016).

Conforme mencionado na Nota 14, a Companhia possui o montante de R\$ 3.453.349 mil registrado na rubrica “Imobilizações em Andamento” em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.872.002 mil em 31 de dezembro de 2016). Enfatizamos que ainda existem itens classificados em “imobilizações em andamento” cuja transferência para o “imobilizado em operação” ainda não foi efetuada, dado que o trabalho de componentização e identificação dos itens encontra-se em curso e do total registrado em “imobilizações em andamento”, ainda existem R\$ 1.663.470 mil (R\$ 1.459.130 em 31 de dezembro de 2016), cujos contratos encontram-se encerrados, cancelados ou suspensos, e cuja retomada dos mesmos depende do contingenciamento de recursos por parte do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo. Portanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor da depreciação que deveria ter sido reconhecida sobre os itens que eventualmente deveriam ter sido reclassificados para o “imobilizado em operação”, nem sobre eventuais valores que deveriam ser reconhecidos no resultado do exercício sobre os itens cujos contratos encontram-se

encerrados ou suspensos, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 624.325 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 609.315 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 368.120 mil (R\$ 404.162 mil em 2016). Conforme apresentado na Nota 22, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência da necessidade de recursos de seu controlador (Fazenda do Estado de São Paulo - acionista majoritário), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Apesar da Companhia depender de recursos de seu acionista majoritário, a fim de cumprir com as suas obrigações financeiras, nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Denúncia Criminal pelo Ministério Público

Em 09 de junho de 2017, foi aberta uma Denúncia Criminal pelo Ministério Público, através do GEDEC - PIC-GEDEC/MP-SP nº 07/2014 (Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativo), contra 4 gestores da CPTM e representantes das empresas que participaram no Processo Licitatório realizado pela Companhia, com relação a Manutenção dos Trens Metropolitanos (Projetos CPTM: S2000 S2100 S3000 S2070 S7000 S7500), que se encontra em fase de defesa prévia dos denunciados. Quanto ao exposto, até o momento não houve qualquer intimação e/ou abertura de qualquer processo judicial entre os envolvidos. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da revisão da forma de mensuração e apresentação referente a “Provisão de contingências cíveis e Provisão para Benefícios a empregados”, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Processos judiciais

A Companhia possui processos judiciais de reequilíbrio econômico e financeiro de contratos de obras, sendo estes ainda em tramitação judicial. Com relação a estes processos, em caso de perda para a Companhia, irá gerar um passivo, e consequentemente um ativo (ativo fixo) correspondente, a qual será lançado a resultado somente através de sua depreciação. Em 31 de dezembro de 2017 este montante é de R\$ 232.715.

Processos trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.1, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 33, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2018

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Mauro Akio Sakano
Contador CRC 1SP143589/O-9

O Relatório da Administração está disponível no site da Companhia
www.cptm.sp.gov.br

